

**Edital de 1º e 2º Leilão Eletrônico de Imóvel e para intimação das partes e interessados**

<b>PROCESSO Nº:</b>	0006081-25.2023.8.26.0562 (Proc. principal nº 1011040-90.2021.8.26.0562)
<b>VARA:</b>	3ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP
<b>JUIZ:</b>	Dr. Gustavo Antonio Pieroni Louzada
<b>AÇÃO:</b>	Ação de Extinção de Condomínio
<b>EXEQUENTE:</b>	José Carlos Guidotti, CPF: 090.920.368-70
<b>EXECUTADAS:</b>	Katya Christina Figueiredo, CPF: 121.332.248-07 Doralice Maria de Almeida, CPF: 540.845.208-53

O(A) MM(a). Juiz(a) de Direito, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC, **faz saber que o Leiloeiro Oficial Mauro da Cruz (JUCESP nº 912)**, por meio do website: [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br), levará a leilão para a venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo:

EVENTO	DATA E HORA	VALOR
<b>1º Leilão</b> (Valor de avaliação)	<b>Início:</b> 08/06/2026 às 14:00h até <b>Término:</b> 11/06/2026 às 14:00h	<b>R\$ 1.366.000,00</b> (janeiro/25), a ser atualizado até o mês do término do leilão
<b>2º Leilão</b> (Mínimo de 60%)	<b>Início:</b> 11/06/2026 às 14:00h <b>Término:</b> 01/07/2026 às 14:00h	<b>R\$ 819.600,00</b> (janeiro/25), a ser atualizado até o mês do término do leilão

O bem será entregue a quem der o maior lance, não sendo aceito lance inferior ao mínimo estabelecido no quadro acima. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizadas para intimação pessoal.

**DESCRIÇÃO DO BEM: APARTAMENTO Nº 62, LOCALIZADO NO 6º ANDAR TIPO, DO “RESIDENCIAL PENÍNSULA”, SITUADO À RUA CARLOS DE CAMPOS, Nº 06**, composto de sala living, terraço, um lavabo, hall de entrada, circulação, uma suíte master com banheiro, duas suítes com banheiro, copa, cozinha, área de serviço, despensa e W.C. de empregada, confrontando pela frente com o recuo frontal do prédio, pelo lado esquerdo com o recuo lateral esquerdo, pelo lado direito com o apartamento de final “1”, hall social e de serviço, elevador social e escadaria, e nos fundos com o recuo dos fundos, tendo a área útil de 164,84m<sup>2</sup>, área vinculada de garagem de 22,17m<sup>2</sup>, área comum de 65,20m<sup>2</sup>, área total de 252,21m<sup>2</sup>, correspondendo-lhe a fração ideal de 3,35% no terreno e demais coisas de uso comum do condomínio. **Está vinculada ao apartamento nº 62, a VAGA DE GARAGEM Nº 02, localizada no subsolo**, confrontando pela frente com a área de circulação e manobra de autos, de um lado com a garagem nº 03, de outro lado com a garagem nº 01, e nos fundos com a parede do prédio. O terreno onde está construído o referido edifício acha-se descrito na respectiva especificação condominial registrada sob nº 3 na matrícula nº 65172 e a convenção de condomínio sob nº 4120, no livro 3-Registro Auxiliar, aos 02 de outubro de 2000, neste Oficial de Registro de Imóveis. Cadastrado na Prefeitura do Município de Santos sob nº 88.018.019.012

<b>Matrícula</b>	Nº 75.089 - 2º Cartório de Registro de Imóveis de Santos/SP
<b>Contribuinte</b>	Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº: 88.018.019.012

**ÔNUS DO IMÓVEL CONSTANTE NA MATRÍCULA:**

<b>AV. 03</b>	Consta cláusula resolutiva com relação a venda e compra do imóvel em 2008, havendo um saldo de R\$ 205.000,00 para ser pago em parcelas que ficam representadas por 04 Notas Promissórias.
---------------	--

**DÉBITOS DESTA AÇÃO:**

Não constam débitos para esta ação.

**DÉBITOS DO IMÓVEL:**

<b>IPTU</b>	Conforme Certidão Negativa da Prefeitura, não há débito de IPTU (em abril/2026)
<b>CONDOMINIAL</b>	Conforme Declaração da administradora, não há débito condominial (em abril/2026)

**CONFORME DECISÃO JUDICIAL CONSTANTE NOS AUTOS:**

O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza *propter rem*), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

- Conforme Tema 1.134 do STJ, o arrematante não é responsável pelos débitos de IPTU anteriores à arrematação, nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN, os quais se sub-rogam sobre o preço da arrematação.
- Nos termos do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, no caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.
- Nos termos do art. 1.499, VI, do Código Civil, a hipoteca extingue-se pela arrematação ou adjudicação, devendo para tanto o Credor Hipotecário ser intimado da referida alienação.
- Nos termos do art. 843 do Código de Processo Civil, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

**DAS CONDIÇÕES:** **1.** Os leilões serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, através do website [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br), por onde serão recebidos os lances, devendo os interessados realizar cadastro prévio na plataforma, mediante fornecimento dos dados solicitados. **2.** O imóvel será vendido em caráter “*ad corpus*”, ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. **3.** O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **4.** Com isso, declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quando a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. **5.** Todas as providências e

despesas relativas à desocupação do imóvel, bem como à expedição da carta de arrematação, seu registro, pagamento do ITBI, imissão na posse e demais atos necessários, correrão por conta do arrematante, nos termos do art. 901 e art. 903 do Código de Processo Civil.

**DO PAGAMENTO DO LANCE:** O pagamento do lance vencedor será à vista, devendo o arrematante efetuar o depósito do preço no prazo improrrogável de até **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da alienação judicial eletrônica, mediante depósito judicial em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O não pagamento do lance ou da comissão do leiloeiro no prazo estabelecido será comunicado ao MM. Juízo competente para adoção das medidas legais cabíveis, podendo, ainda, serem submetidos à apreciação judicial os lances imediatamente subsequentes.

**DA PROPOSTA PARCELADA:** **1.** Nos termos do art. 895 do Código de Processo Civil, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a **60% (sessenta por cento)** do valor de avaliação atualizado ou **80% (oitenta por cento)** do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. **2.** Nos termos do art. 895, § 7º, do Código de Processo Civil, a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. **3.** As propostas de compra serão recepcionadas e submetidas à apreciação do Juízo processante, caso o leilão se encerre negativo.

**DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO:** **1.** A comissão do leiloeiro será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. **2.** O pagamento da comissão devida ao Leiloeiro deverá ser realizado no prazo improrrogável de até **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de boleto bancário a ser efetivado em favor do leiloeiro, sob pena de desfazimento da arrematação. **3.** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos termos do art. 7º, §3º, da Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

Outras informações podem ser obtidas no website: [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br). E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Santos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão (ã) Diretor (a),

**Dr. Gustavo Antonio Pieroni Louzada**  
**Juiz de Direito**